

Histórico do movimento de RSA

A gestão da responsabilidade social é uma forma de adequação das empresas ao interesse público. O interesse e relevância que esta gestão ganhou nos últimos anos é fruto de um longo histórico e configura-se numa espécie de resposta das empresas às pressões da sociedade civil.

Ao longo do trajeto da civilização industrial, o desenvolvimento econômico ocorreu em paralelo às suas implicações sociais e ambientais. Alguns fatos são apontados na literatura como marcos da resposta das empresas aos acontecimentos e incorporaram à racionalidade empresarial, pouco a pouco, o compromisso com a perenização da vida e uma nova visão, com a qual as atividades econômicas, que são parte das atividades humanas, devem estar comprometidas.

Pequeno histórico do movimento de responsabilidade social

A origem mais antiga para a responsabilidade social empresarial remete à Constituição da República de Weimar em 1919, na Alemanha, primeiro documento a mencionar a função social da empresa (1). Outra fonte, mais recente, é a do movimento conhecido como Nova Ética, de início manifestado na reação de cidadãos e investidores norte-americanos contra empresas identificadas como beneficiárias da Guerra do Vietnã (2).

O movimento, no final dos anos 1960 para os anos 1970, tornou-se mais complexo e incorporou aspectos da luta dos afro-descendentes pelos direitos civis, como os de acesso às mesmas escolas e transporte coletivo (3). Aspectos importantes foram representados pela conquista estruturada de direitos dos consumidores, ou pela igualdade de condições entre mulheres e homens.

Importante característica da vertente americana é representada pela decantação dos aspectos dos movimentos, ao longo do tempo, em uma expressão do exercício do consumo consciente, quase que resumindo o cidadão a consumidor.

Outra matriz originária da responsabilidade social é a representada pelas manifestações dos movimentos europeus pela paz e pela conservação do meio-ambiente. Durante a Guerra Fria (período de tensão ideológica e militar que se estendeu desde o fim da Segunda Guerra - 1945 - até a extinção da União Soviética - 1991), os meios de destruição desenvolvidos pelo complexo industrial-militar, evidenciaram um grande dilema: a consciência do risco da relação entre saberes tecnocientíficos e poderes humanos. Sua maior expressão foram as bombas que os EUA lançaram sobre o Japão na Segunda Guerra Mundial. Desta consciência emerge o reconhecimento do comprometimento com as condições de vida no planeta mesmo em tempos de paz, fazendo com que, a partir dos anos 1950, surgisse o movimento pacifista antinuclear e a questão ambiental passasse a ser vista como estratégica e decisiva na agenda social e política das nações industriais (4).

No ano de 1969, um desastre ecológico provocado pelo mercúrio derramado por uma indústria nas águas da Baía de Minamata, no Japão, contaminou gravemente pescadores e moradores da área. O fato repercutiu mundialmente, dando um sentido

de urgência à discussão da necessidade de um novo tipo de desenvolvimento que harmonizasse objetivos econômicos, sociais e ecológicos.

Em consequência, foi proposta pela Suécia, no mesmo ano, a Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, por ocasião da XXIII Assembléia Geral da ONU, e teve sua origem nas preocupações sobre modos de vida e no debate sobre a degradação ambiental gerada pelos padrões capitalista e socialista de desenvolvimento industrial.

Nesta conferência, que ocorreu no ano de 1972, também conhecida como Conferência de Estocolmo, a questão ambiental é reconhecida como estratégica para o futuro da humanidade. Divulgado na Conferência de Estocolmo, o Relatório Meadows anunciou a insustentabilidade dos meios de produção e consumo vigentes. O Relatório foi elaborado por pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* – MIT - a pedido do [Clube de Roma](#)¹, uma organização não governamental que articula a discussão da responsabilidade dos seres humanos com o futuro do planeta e a melhoria da condição de vida em sociedade (5).

As discussões sobre a questão ambiental foram ampliadas após a Conferência de Estocolmo quando foi criada, pela ONU, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, então primeira ministra da Noruega. Em 1987, esta comissão produziu o relatório *Nosso Futuro Comum*, também chamado Relatório *Brundtland*, que define o conceito de desenvolvimento sustentável.

O processo de prestar contas e dar transparência às atividades de cunho socioambiental – que veio a desaguar no que conhecemos hoje como relato socioambiental ou, mais simplesmente, Balanço Social -, começou a tomar a forma de relatórios específicos para este fim nos anos 1970, na Europa. Em 1971, a empresa alemã Steag apresentou-se como pioneira, seguida da Singer, francesa, em 1972. Em 1977, o balanço social tornou-se obrigatório para empresas francesas com mais de 700 empregados, número reduzido para 300, a partir de 1984. Outros países como Bélgica, Espanha e Portugal seguiram a França na obrigatoriedade dos balanços sociais.

O que é conhecido como movimento de responsabilidade social hoje, popularizou-se e transformou-se em discurso de inúmeras empresas, de diferentes portes, sendo propagado também por instituições empresariais, movimentos sociais e a sociedade como um todo.

¹ **O Clube de Roma e o Relatório Meadows**

O Clube de Roma reúne cientistas, economistas, homens de negócio, chefes e funcionários de Estado e tem como missão atuar como um catalisador global de mudança, independentemente de interesses políticos, ideológicos ou de negócios.

As teses do Clube de Roma influenciaram fortemente os debates da Conferência de Estocolmo e fundamentaram críticas ao crescimento da sociedade industrial. O Clube de Roma propunha a adoção do compromisso de “crescimento zero” da população e do produto mundial. O Relatório Meadows alertava para o fato de que a manutenção da expansão dos padrões de crescimento do produto e da população do planeta inviabilizaria qualquer intento de efetivar uma distribuição mais equitativa dos recursos básicos naturais existentes.

Para saber mais sobre o Clube de Roma, visite o [site www.clubofrome.org](http://www.clubofrome.org)

Nas últimas décadas, assistimos um visível crescimento das pressões sociais a respeito da responsabilidade das empresas. Escândalos como os ocorridos com as empresas *World Com*, *Enron*² e, mais recentemente, o *caso Madoff*³, foram alvo da opinião pública, exigindo das empresas um comportamento ético nos negócios e na conduta com funcionários, com clientes e consumidores, atenção com meio ambiente e participação em ações em favor de comunidades.

A ideia da responsabilidade empresarial no Brasil começa a ganhar corpo nos anos de 1960 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE – que divulga a importância da ação social das empresas pela edição, em 1965, da Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas (6).

Entretanto, no Brasil, é no fim dos anos de 1980 que as empresas começam a priorizar seus “investimentos sociais” por meio do chamado *marketing social*⁴, que ganha impulso, num movimento que tem por denominador comum a mudança de paradigma da *filantropia*⁵ para a *sustentabilidade*, esta última, vinculada aos resultados dos recursos investidos. Em 1984, a Nitrofertil editou uma publicação, com características e denominação de balanço social; em 1985, foi a vez do Sistema Telebrás e, em 1992, do Banespa.

Num mesmo ano, 1997, é lançado o *Global Reporting Initiative* – ou GRI, padronizando um modelo internacional de relato socioambiental e o modelo Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - de Balanço Social. Em 1998, é fundado, em São Paulo, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social e Empresas, organização criada e mantida por empresários para propagar o movimento de responsabilidade

² O Caso **World Com** ficou conhecido como a maior fraude em balanço financeiro já vista. Segunda maior empresa de chamadas de longa distância dos EUA, no ano de 2002 descobriu-se a fraude em seu balanço financeiro. Junto com a descoberta da fraude, bolsas de valores em todo o mundo despencaram como demonstração de desconfiança nos balanços contábeis. Em 2001 a **Enron**, empresa americana, uma das líderes mundiais em distribuição de energia, pediu concordata a despeito dos bons resultados de seu balanço.

³ O americano Bernard **Madoff** fundou, em 1960, uma sociedade de investimentos com seu nome. Em dezembro de 2008 foi acusado da fraude - da ordem de 65 bilhões de dólares – no bojo da crise financeira mundial de 2008.

⁴ O **marketing social**, segundo Kotler (1994:41), é o segmento do marketing institucional que objetiva promover a empresa, sua imagem, marca, produtos e serviços e estreitar o relacionamento com os seus diversos públicos-alvo ou *stakeholders*. Compreende ações que envolvem a adequação de uma oferta empresarial ao mercado, considerando a dimensão da responsabilidade nas decisões de marketing.

⁵ A **filantropia** está associada ao ser humano como expressão de amor à humanidade (7). A adoção desta expressão denota uma atitude empresarial ligada à caridade. Apesar da ideia da responsabilidade social nas empresas ser um fenômeno relativamente recente, fatos mais antigos construíram o conceito de filantropia empresarial ao longo do tempo, tornando-se marcos nesta trajetória. Alguns, marcantes, evidenciam o papel de empresários na filantropia empresarial nos séculos XIX e XX, notadamente nos EUA. Exemplo mais marcante de filantropia empresarial é o do empresário Andrew Carnegie, que vendeu, no ano de 1901, a U.S. Steel, maior siderúrgica do mundo de então, para J.P. Morgan. Com os recursos da venda, abriu três mil bibliotecas nos EUA, criou fundos de assistência social e apoiou as artes, criando o *Carnegie Hall*, casa de espetáculos ainda hoje em funcionamento, localizada em Nova York.

social que, com o tempo, protagoniza o movimento sendo responsável por suas principais ferramentas.

Muitos pactos, protocolos, normas e instrumentos de gestão foram desenvolvidos e adotados pelas empresas em pouco mais de uma década. Aos poucos, num curto período de tempo, o nível de exigências da gestão sustentável ou responsável foi se tornando mais complexo, implicando numa ligação mais forte destas ações com as estratégias empresariais e numa aproximação inevitável com indicadores e métricas, trazendo novos desafios para a administração. Como decorrências, estruturaram-se departamentos e cargos específicos para este fim, configurando um novo campo de atividade empresarial mantendo, no entanto, a mesma estrutura hierarquizada e racionalidade econômica que, de certa forma, dificultam o diálogo. Estes departamentos e cargos e suas atividades estão sendo criados dentro da mesma racionalidade quando se trata, na verdade, de um novo contexto que exige novas posturas, novas formas de pensar e agir.

Logo, os resultados de uma empresa não podem repousar somente sobre os critérios de ganhos de produtividade, mas na sua capacidade de satisfazer as necessidades do homem ao menor custo ecológico e humano. Uma racionalidade sustentável deve saber integrar o saber ecológico e a preocupação ética, muitas vezes divergente da racionalidade econômica. Essa perspectiva pressupõe uma reforma dos princípios do saber e da administração.

Linha do tempo

Muitos foram os eventos que colaboraram para o movimento de responsabilidade social das empresas, como mostrado na linha do tempo, abaixo.

- 1919 Constituição de Weimar, na Alemanha, inaugura a ideia de “função social da propriedade”.
- 1948 Declaração Universal dos Direitos Humanos, incluindo os direitos econômicos, sociais e culturais.
- 1949 Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o direito de organização e negociação coletiva.
- 1951 Convenção da OIT sobre remuneração.
- 1958 Convenção da OIT sobre discriminação no trabalho.
- 1960 Criação da Associação dos Dirigentes Cristãos das Empresas – ADCE.
- 1961 Carta social europeia.
- 1961 *Foursquare Fund* exclui os investimentos farmacêuticos, álcool e tabaco.
- 1964 *Civil Rights Act*, primeira lei americana contra discriminação racial no

trabalho.

- 1965 Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresa, no Brasil.
- 1966 PIDESC – Pacto Internacional referente aos diretores econômicos, sociais e culturais.
- 1969 *National Environmental Act* cria a obrigação de avaliar impactos sociais e ambientais para todo projeto de infraestrutura (EUA).
- 1970 *Pax World Fund* - primeiro fundo de investimentos, baseado em critérios sociais.
- 1971 Steag, empresa alemã, publica o primeiro balanço social.
- Clube de Roma: “Os limites do crescimento” alerta sobre os riscos de esgotamento das energias não renováveis e preconiza o Crescimento Zero.
- Singer publica balanço social.
- 1972 Resolução do conselho econômico e social da ONU sobre o papel e os efeitos das multinacionais nos países emergentes.
- Fundado o *Greenpeace*.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Conferência de Estocolmo.
- 1974 Declaração e programa de ações sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.
- 1975 Conferência de Helsinque reafirma o caráter essencial dos direitos econômicos, sociais e culturais.
- 1976 Princípios diretores da OCDE - *Organisation for Economic Co-operation and Development* - sobre as multinacionais.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho - declaração do princípio tripartite sobre as multinacionais e política social.
- 1977 Lei determina a publicação de balanço social, voltada para as relações do trabalho, na França.
- 1978 Fundação Fides – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social - apresenta propostas de balanços sociais no Brasil.
- Relatório Brandt “um programa de sobrevivência” preconiza a transferência de fundos financeiros, uma interdependência entre norte e sul.
- 1980 Fides realiza Seminário Internacional sobre Balanço Social e livro “Balanço

Social na América Latina”.

- 1981 É fundado o Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
- 1982 *Calvert Social Investment Fund* - fundo ético americano.
- Nitrofértil publica o primeiro balanço social do Brasil.
- 1984 França reduz o número de trabalhadores de 700 para 300 que obriga às empresas a publicação do balanço social.
- Surge a *Responsible Care*, iniciativa da indústria química sobre segurança e proteção da saúde e do meio ambiente.
- 1985 Portugal torna obrigatória a publicação de balanço social para empresas com mais de cem funcionários.
- The Caux Round Table*, mesa redonda com liderança da Europa, Japão e Estados Unidos, elabora carta sobre o comércio ético e responsável (*Principles for Business*).
- 1986 Adoção dos princípios de Linburg, detalhando as obrigações do PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- Anti-apartheid Act*
- Declaração da ONU sobre o direito ao desenvolvimento.
- Surge a ISO 9000 - *International Standardization Organization*
- 1987 Relatório Nosso Futuro Comum – primeira definição de desenvolvimento sustentável.
- 1988 Assassinato de Chico Mendes, ambientalista brasileiro, ganha repercussão internacional.
- 1989 Convenção da ONU sobre os direitos da infância.
- Conferência das Nações Unidas sobre a infância.
- Domini 400 Social Index* - não admite empresas envolvidas com tabaco, álcool, jogo, armas e geração de energia nuclear.
- 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil).
- Criação da Fundação ABRINQ – Instituição sem fins lucrativos, brasileira, com o objetivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e da adolescência.
- Fundo para meio ambiente mundial.
- 1991 Carta do desenvolvimento da Câmara Internacional do Comércio.
- 1992 Levi Strauss é a primeira multinacional a estabelecer um código de Ética

baseado no princípio dos direitos humanos.

Eco 92, conferência da ONU no Rio, cria a Agenda 21, documento que apresenta o compromisso das nações sobre a mudança de padrão de desenvolvimento para o século XXI.

FGV funda o Centro de Estudos de Ética nos Negócios (CENE).

Divulgação das ações sociais do Banespa.

Conferência de Viena reafirma o caráter universal, indivisível e interdependente dos direitos humanos.

1993 Lançamento da Campanha Nacional de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, promovida pela liderança social de Herbert de Souza, o Betinho, com o apoio do PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais.

ISO 14000, certificação em gestão ambiental.

1995 *World Business Council for Sustainable Development*; união de 150 multinacionais pelo desenvolvimento sustentável.

European Business Network for Social Cohesion.

ONU summit em Copenhague pelo desenvolvimento social.

1996 *Institute of Social and Ethical Accountability* cria a norma AA1000, na Inglaterra.

Fairtrade Labelling Organization (FCO): junção das organizações certificadoras.

Declaração das convenções de base da OIT.

Conferência de Kyoto estabelece cotas de emissão de gases na atmosfera.

1997 Ibase propõe modelo de balanço social.

Criada a GRI, movimento internacional de padronização do relato socioambiental.

Fundação do CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

Ethical Trade Initiative: parceria entre Governo britânico, ONGs e empresas.

1998 Surge o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

SA 8000, norma voltada para as condições de trabalho.

ONU propõe o *Global Compact* ou Pacto Global.

1999 *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) que define a sustentabilidade de acordo com critérios econômicos, sociais e ambientais.

Significativa expansão da adesão de empresas ao balanço social, com 68 empresas destacando-se nessa área.

Fundação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Relatório anual “Combate à Pobreza” do Banco Mundial.

2000 ONU realiza assembleia que cria a Declaração do Milênio, documento que consolidou metas a serem alcançadas pelos países até 2015.

Primeira versão dos indicadores Ethos de RSE.

Livro verde da comissão europeia sobre RSE.

2001 ISO encomenda ao COPOLCO que faça um estudo sobre o assunto RS e sua necessidade de normas internacionais.

Rio+10, Conferência da ONU na África do Sul, avalia o encaminhamento das proposições da Eco 92.

Fair Labor Association (FLA): 13 corporações com quatro mil fábricas em 75 países certificam empresas e marcas (EUA).

2002 África do Sul – “*King II report*” obriga a edição do código de ética, do balanço social e a reconhecer o interesse dos *stakeholders*.

A União Europeia lança seu “Livro Branco” documento que faz forte promoção da RSE.

ABNT cria o grupo tarefa RS visando acompanhar internacionalmente os trabalhos da ISO.

Carta da Terra (ONU).

TMB, órgão técnico máximo da ISO, decide criar um grupo de especialistas de cada continente, Brasil é representado.

2003 Estatuto do Idoso (Brasil).

Criação do Comitê Brasileiro do *Global Compact*.

Marco referencial de RSE integra 40 organizações holandesas (ONGs e centrais sindicais).

2004 “Normas sobre a responsabilidade de corporações transnacionais e outras empresas em relação aos direitos humanos”, a ser aprovado pela ONU.

Workshop internacional da ISO realizado em junho em Estocolmo-Suécia.

2005 Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas / Instituto Ethos

2006 Relatório Stern, Banco Mundial, custos do aquecimento Global.

2007 *Intergovernmental Panel of Climate Change/IPCC* - Painel

Intergovernamental de Mudanças Climáticas - da ONU – Organização das Nações Unidas.

Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas / Instituto Ethos – Segunda edição.

- 2008 Balanço Social: o desafio da transparência - Lançamento de pesquisa sobre Balanços Sociais Modelo Ibase.
- 2009 Conferência Climática Copenhague - decorrente do IPCC para acordo mundial sobre emissões de gases e mudança climática.
- 2010 Previsão de lançamento da ISO 26000 – Norma internacional de responsabilidade social, cujo comitê mundial foi presidido pelo brasileiro Jorge Cajazeira.

Linha do Tempo: Marcos histórico de fatos associados à responsabilidade social empresarial

Fonte: Ferreira e Bartholo, 2005, atualizado pela autora (8).

Todos estes eventos, muitos seguidos de grandes debates, outros debatidos em setores específicos, colaboraram para que toda a sociedade, inclusive as empresas, buscasse um caminho diferente, que respondesse aos conhecimentos produzidos ao longo do tempo sobre a ameaça lançada sobre o futuro. No entanto, apesar de inúmeros esforços, a gestão responsável não é fácil, seus resultados na colaboração com o desenvolvimento sustentável engatinham.